



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO
ESTADO DE PERNAMBUCO

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO, NO USO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Lei nº 02/1993 EMENTA: Dispões sobre as Diretrizes Orçamentaria para o exercício de 1993 e dá outras providencias.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DO CARRO - PE
CNPJ: 40.893.869/0001-27
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA
Código de Autenticidade: **01BXDWLIK203**
Emitido em, 01 de October de 2025 às 17h:28m



Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro

ESTADO DE PERNAMBUCO

LEI Nº 02 DE 13 DE JANEIRO DE 1993

EMENTA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 1993 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO - PE.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1993, abrangerá os poderes Legislativo e Executivo, da Administração direta, assim como a execução obedecerá as diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 2º - A elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 1993, obedecerá as seguintes diretrizes gerais sem prejuízo das normas estabelecidas pela legislação Federal.

§ 1º - O montante das despesas não deverá ser superior as das receitas.

§ 2º - As unidades orçamentárias projetarão suas despesas correntes até o limite fixado para o exercício em curso, ao preço de dezembro de 1992, considerando os aumentos ou as diminuições de serviços.

§ 3º - As estimativas das receitas serão feitas a preço de dezembro de 1992, considerar-se-á a tendência do presente exercício e os efeitos das modificações na legislação tributária, os quais serão objeto de Projeto de Lei.

§ 4º - Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisados sem autorização Legislativa.

§ 5º - O pagamento do serviço da dívida de pessoal e de encargos terá prioridade sobre as ações de expansão.

§ 6º - O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o Art. 212º da Constituição Federal, prioridade na manutenção e no desenvolvimento dos ensino de 1º grau e pré - escolar.



Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro

ESTADO DE PERNAMBUCO

§ 7º - Contará da proposta orçamentária o produto das operações de créditos autorizadas pelo legislativo, com destinação específica e vinculadas ao projeto.

Art. 3º - O poder executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município e o plano plurianual aprovado, procederá a seleção das prioridades integrante desta Lei, e as orçará a preço de dezembro de 1992.

PARAGRAFO UNICO - Poderão ser incluídos programas não elencados, desde que financiados com recursos de outras esfera de governo.

Art. 4º - Os valores orçamentários serão atualizados monetariamente.

Art. 5º - O poder executivo poderá firmar convênios, com vigência máxima de 01 (Um) ano, com outras esferas de governo, para desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, sem onus para o Município.

Art. 6º - As despesas com pessoal da administração direta ficam limitadas a 65% (sessenta e cinco por cento) da receita corrente, atendendo ao disposto no Art. 38º das disposições Constitucionais Transitórias.

§ 1º - Entende-se como receitas correntes para efeito de limites do presente artigo, o somatório da receitas correntes próprias da administração indireta, provenientes de autarquias e fundações públicas, excluídas as receitas oriundas de convênios.

§ 2º - O limite estabelecido para as despesas de pessoal, de que trata este artigo, abrange os gastos da administração direta e indireta nas seguintes despesas:

- SALÁRIOS
- OBRIGAÇÕES PATRONAIS
- PROVENTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES
- REMUNERAÇÃO DO PREFEITO E VICE - PREFEITO
- REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES.



Prefeitura Municipal de Lagoa do Carro

ESTADO DE PERNAMBUCO

§ 3º - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração além dos índices inflacionários, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal a qualquer título, pelo órgão ou entidade de administração direta, autarquias e fundações, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária, suficiente para as projeções de despesas até o final do exercício, obedecendo o limite fixado no "caput".

Art. 7º - O orçamento anual obedecerá a estrutura organizacional aprovada por decreto, compreendendo seus fundos, órgãos e entidades da administração direta.

Art. 8º - As operações de créditos por antecipação da receita, contratadas pelo Município, serão totalmente liquidadas até o final do exercício.

Art. 9º - O prefeito Municipal enviará até o dia 30 (trinta) de setembro, o projeto de Lei orçamentária a Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão Legislativa devolvendo-o a seguir para sanção.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO CARRO, PERNAMBUCO, EM 13 DE JANEIRO DE 1993.


ANTONIO CARLOS GUERRA BARRETO
PREFEITO